

SINFEMP
Fundado em 30/12/1991Sindicato dos Funcionários Públicos
Municipais de Patos e Região**Esperançar
e Lutar!**
CAMPANHA SALARIAL 2023**ALÔ**

SERVIDOR

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PATOS E REGIÃO

FILIADO A:

Federação dos Trabalhadores
Públicos Municipais de ParaíbaCENTRO NACIONAL DE ESTUDOS
SINDICAIS DE TRABALHO

EDIÇÃO: janeiro/fevereiro de 2023



Esperançar e Lutar!

CAMPANHA SALARIAL 2023

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...

Paulo Freire

Lançamento
Dia 15 de fevereiro / 2023
Quarta-feira

Local:
Sede do SINFEMP

Horário:
8h da manhã

Os gestores públicos municipais vêm ignorando as reivindicações e demandas dos servidores, as mais elementares, tais como: implantação da insalubridade, das progressões horizontais e verticais, da concessão das férias e o pagamento de um terço, do pagamento do 13º em cima de toda a remuneração, rateio do FUNDEB para todos os profissionais do magistério e pessoal de apoio que recebem pelos 70%, pagamento do incentivo aos agentes de combate as endemias e agentes comunitários de saúde, pagamento do Previner Brasil aos servidores da saúde, aumento salarial para os servidores que não tem piso nacional e recebem acima do salário mínimo na cabeça do contracheque, não entrega do EPI - Equipamento

de Proteção Individual, ausência de condições dignas de trabalho, isonomia salarial, etc.

Este ano de 2023, a luta não será diferente pois, além dessa pauta reprimida, temos a luta pela implantação do piso nacional da enfermagem, cumprimento do piso dos ACS e ACE, do Piso Nacional dos Profissionais do Magistério, construção de planos de cargos, carreira e salários para as categorias que ainda não têm, atualização dos estatutos de servidores, como também, construção em municípios que seguem o Estatuto do Estado por não ter o seu próprio, jornada de trabalho de 30 horas semanais, pagamento de precatórios, dentre outros.

Portanto, ESPERANÇAR E LUTAR, será a linha de trabalho do SINFEMP em 2023!

DIREÇÃO DO SINFEMP É ELEITA COM 99,25% DOS VOTOS DOS SERVIDORES



Nos dias 22 e 23 de novembro de 2022, foi realizada a eleição para renovação da Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados Sindicais e Conselho de Representantes do SINFEMP- Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Patos e Região, em sua base territorial, composta por 23 municípios.

Foi inscrita a Chapa 1- Experiência, Lutas e Conquistas, sendo eleita com 99,25% dos votos válidos, registrando apenas 7 votos nulos e 42 brancos. O mandato da Diretoria será de quatro anos. Tendo sido reconduzida Carminha Soares para a presidência.

Precatórios



O pagamento dos precatórios aos servidores públicos municipais de Patos e demais municípios de sua base territorial, será prioridade nessa nova gestão da entidade.

Em Patos existem duas ações, sendo uma de 1996 e outra de 1999, onde os encaminhamentos estão sendo dados para recebimento.

Nos demais municípios, onde o SINFEMP fez os cálculos e protocolou nas comarcas, os prefeitos e prefeitas estão recorrendo para o Tribunal de Justiça, apenas para procrastinar, ou seja, atrasar o pagamento, mas todos terão que cumprir a lei.

Já em outros municípios foram ganhas as ações e estamos na fase de cálculos, que deverá ser apresentado para os associados a entidade sindical.

Mas também existem municípios que os servidores receberam integralmente os seus valores.



Piso da Enfermagem

O SINFEMP foi o grande impulsionador juntamente com a enfermagem pela implantação de seu piso nacional, participando das atividades realizadas em Patos, João Pessoa e Brasília.

Neste ano de 2023 a tarefa será redobrada, intensificando a luta para que todos os prefeitos e prefeitas paguem o piso a enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem na base territorial da nossa entidade sindical.



SINFEMP reúne diretoria eleita



A primeira reunião da Diretoria eleita do SINFEMP foi realizada no dia 17 de dezembro de 2022, onde foi discutida uma intensa pauta e definidas algumas ações para 2023.

Ficou definido um calendário de reuniões mensais da diretoria, que serão realizadas nos primeiros sábados de cada mês. As reuniões poderão ser ampliadas com os delegados sindicais e do Conselho de Representantes que será semestrais. A prestação de contas da entidade será feita no primeiro trimestre de 2023, referente a 2022. Ficou também definido um calendário de visitas a todos os municípios. No tocante ao setor jurídico será feito um levantamento de todas as ações coletivas e individuais, atualizando as informações para os servidores. Isso também servirá para o Pagamento dos Precatórios de Patos e demais municípios. Com relação a comunicação, o Informativo Alô Servidor será bimestral (impresso e eletrônico), como também uma nova proposta para o Programa, SINFEMP PARA TODOS, na Rádio Espinharas de Patos. Atualização dos convênios médicos, odontológicos e laboratoriais, fazer um recadastramento de todos os associados, nova carteira e informatização da documentação, foram itens discutidos. A Festa dos Servidores será mantida, mas em outra plataforma.

Aposentados e aposentadas

Durante o ano de 2023, iremos realizar o Encontro Regional dos Aposentados e Aposentadas filiados e filiadas ao sindicato, no sentido de mobilizar essa categoria tão importante, que durante anos deram o seu suor no serviço público municipal.

Implantação das Progressões Horizontais e Verticais

Apesar de ter sido implantada as progressões horizontais em Patos dos servidores da saúde e de alguns das demais secretarias, faltam as progressões verticais, além do retroativo dos últimos 5 anos.

O SINFEMP também deu entrada nessas ações, assegurando o direito de todos os seus associados.

Pagamento de 1/3 de férias

O SINFEMP impetrou diversas ações contra as Prefeituras em relação ao não pagamento de um terço de férias aos servidores públicos municipais nos últimos 5 anos. Gestores municipais, a exemplo de Patos, fez um pagamento, ignorando as dívidas dos anos anteriores, prejudicando assim diversos servidores.

São Mamede

A Prefeitura de São Mamede não paga a insalubridade aos servidores públicos municipais, com exceção de alguns garis, que o sindicato entrou com ações na justiça. Todos os servidores que trabalham em locais insalubres, tais como as categorias da saúde, auxiliares de serviços, merendeiras, não recebem o direito. O laudo foi feito, os servidores assinaram o requerimento, protocolado e o gestor se nega a implantar. E o prefeito é médico e sabe que esses servidores têm esse direito.

Várzea

A Prefeitura de Várzea não paga a insalubridade aos servidores públicos municipais e até uns que recebiam esse direito foi retirado. O laudo foi feito, servidores assinaram o requerimento, foi protocolado e nada de implantação. E o prefeito é advogado e sabe que esses servidores têm direito.

Santa Luzia

O prefeito de Santa Luzia não paga a insalubridade aos servidores públicos municipais e com isso, os servidores da saúde, auxiliares de serviços, merendeiras, garis, dentre outros que trabalham em locais insalubres não recebem. O sindicato protocolou o pedido individual de cada servidor, juntou o laudo de insalubridade feito pelo perito e no entanto, o gestor ignora esse direito.

São José do Sabugi

A Prefeitura Municipal de São José do Sabugi não paga a insalubridade aos servidores públicos municipais, apesar de ter sido feito o laudo, preenchido os requerimentos individuais de cada servidor, ter sido protocolado e o mesmo se nega a implantar esse direito. Os servidores da saúde, educação e da limpeza são todos prejudicados.

Junco do Seridó

Os servidores de Junco do Seridó em sua maioria recebem a insalubridade. Faltam as auxiliares de serviços e merendeiras das escolas e a revisão para os Agentes de Combate as Endemias para 40%. O sindicato mandou fazer laudo e protocolou o pedido.

Tenório

A Prefeitura Municipal de Tenório já paga a maioria dos servidores a insalubridade. Os garis que tem que receber 40% recebem apenas 30%, onde precisa corrigir. Mas falta a implantação para os demais servidores da saúde e auxiliares de serviços e merendeiras de escolas e creches. O sindicato fez o laudo, os servidores assinaram os requerimentos, foi protocolado na gestão anterior e até o momento nada de implantação.

Quixaba

A Prefeitura Municipal de Quixaba não paga a insalubridade para todos os servidores municipais que trabalham em locais insalubres. As auxiliares de serviços, merendeiras de escolas e creches, não recebem e alguns servidores da saúde também faltam à implantação. O sindicato fez laudo, servidores fizeram requerimento e a gestão não implantou.

Cacimba de Areia

A Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia implantou a insalubridade de todos os servidores públicos municipais, tais como: garis, servidores da saúde, auxiliares de serviços, merendeiras, dentre outras. Uma grande vitória da luta que foi feita no município pelos servidores e sindicato.

Passagem

A Prefeitura Municipal de Passagem sempre se negou a respeitar o direito dos servidores públicos municipais, especialmente a não implantação da insalubridade é um deles. Servidores da saúde, auxiliares de serviços, servidores da limpeza, apesar de ter laudo, ter sido feito o pedido, a gestão ignora e não paga. Um atraso!

Areia de Baraúnas

A Prefeitura Municipal de Areia de Baraúnas até o momento não respeitou nenhum direito dos servidores. Além das perseguições políticas, não implantou a insalubridade dos servidores da saúde, auxiliares de serviços, merendeiras, servidores da limpeza, dentre outros. O sindicato fez laudo, requerimento, foi protocolado e nada de implantação. Na atual gestão, o sindicato fez uma reunião com o atual gestor e ficou certo de se implantar, mas até o momento nada foi resolvido.

Salgadinho

A Prefeitura Municipal de Salgadinho não implantou a insalubridade da maioria dos servidores públicos municipais. Auxiliares de serviços, merendeiras, servidores da saúde não gozam desse direito. Foram feitos os laudos, assinados os requerimentos, protocolados e, no entanto, não foi implantado esse direito. A gestão tem que avançar nesse aspecto.

Assunção

A Prefeitura Municipal de Assunção não paga a insalubridade a todos os servidores que trabalham em locais insalubres. O sindicato entregou o laudo, juntamente com os requerimentos das auxiliares de serviços, merendeiras e outros servidores que trabalham em locais insalubres e não foi implantado.

São José do Bonfim

A Prefeitura Municipal de São José do Bonfim não paga a todos os servidores a insalubridade, se negando a pagar as auxiliares de serviços e merendeiras, além de outros servidores municipais que tem esse direito.

Mãe D'água

A Prefeitura Municipal de Mãe D'água ignora e desrespeita os direitos dos servidores públicos municipais em sua maioria. Não paga a insalubridade, apesar do sindicato através do engenheiro do trabalho ter feito o laudo, os servidores terem assinado os requerimentos e sido protocolados, o atual gestor não cumpre a lei.

Santa Terezinha

A Prefeitura Municipal de Santa Terezinha não implantou a insalubridade dos servidores da saúde e nem tampouco das auxiliares de serviços e merendeiras no Município. Alguns servidores recebem a exemplo dos garis e outras poucas categorias. O desrespeito a lei é praticamente geral. O sindicato fez laudo através do engenheiro do trabalho, servidores assinaram requerimentos, solicitando a implantação e o gestor se nega a cumprir a lei.

Catingueira

A Prefeitura Municipal de Catingueira paga a insalubridade a todos os servidores públicos municipais de acordo com os laudos emitidos pelo engenheiro do trabalho, encaminhados através do sindicato. Isso vem acontecendo desde a gestão anterior, quando a Secretária de Educação

Adalmira Cajuz foi uma das defensoras para implantação desse direito, não apenas na educação, mas nas demais secretarias. Em Catingueira avançou.

Emas

A maioria dos servidores de Emas recebem a insalubridade, com exceção das auxiliares de serviços e merendeiras das escolas e creches, que foram e continuam sendo ignoradas pela gestão anterior e a atual. O sindicato através do engenheiro do trabalho fez laudo de insalubridade, servidores preencheram os requerimentos, foram protocolados e, no entanto, nada de implantação. Tem que ser feita a luta.

Olho D'água

A Prefeitura de Olho D'água, historicamente, sempre agiu prejudicando os servidores públicos municipais. Os seus direitos foram negados por todas as gestões e o maior exemplo é o grande número de ações dadas em entradas na justiça pelo sindicato em defesa dos mesmos. A implantação da insalubridade foi implantada apenas dos garis, mesmo assim, diferente do laudo de insalubridade, pois pagam apenas 20% quando o correto é 40%.

Malta

A Prefeitura Municipal de Malta não paga a insalubridade a maioria dos servidores públicos municipais, pois apenas os da saúde recebem. Garis, auxiliares de serviços, merendeiras, dentre outras categorias, apesar da entrega do laudo, dos requerimentos e protocolos feitos pelo sindicato, até agora não implantou. Ficam buscando desculpas devido a jornada de trabalho dos garis, para não implantarem esse direito. Vamos fazer a luta junto as categorias.

Condado

A Prefeitura Municipal de Condado é outra que só se conquista algo através da justiça. A insalubridade é paga a alguns, inclusive laudos feitos pelo engenheiro do trabalho que assegura os 40% para os garis, a gestão paga apenas 20%. As auxiliares de serviços e merendeiras também não recebem. Estamos conquistando através da justiça, 15% de gratificação para os servidores.

Vista Serrana

A Prefeitura Municipal de Vista Serrana é perseguição e desrespeito total para com os servidores públicos municipais. O aumento do FUNDEB para os professores não foram implantados os 33,24% o que servirá de ação na justiça. A insalubridade não é implantada apesar dos laudos e requerimentos dos associados a entidade terem sido entregues. A luta será intensificada no município.

São José de Espinharas

A Prefeitura Municipal de São José de Espinharas, resistem em não pagar a insalubridade das auxiliares de serviços e merendeiras, dentre outras categorias, trazendo enormes prejuízos para as mesmas. O sindicato através do engenheiro do trabalho fez o laudo de insalubridade e, no entanto, a gestão se nega a implantar. Coisa semelhante acontece com o dinheiro do rateio do FUNDEF onde mais de 600 mil chegou a Prefeitura e o gestor anterior e o atual, se negaram a fazer essa transferência proporcional aos professores.



Os servidores públicos nas três esferas de poder foram os mais prejudicados desde o golpe de 2016, quando assumiu a Presidência Michel Temer e em seguida o Bolsonaro, sendo aprovadas várias reformas, dentre elas a Trabalhista e Previdenciária. A primeira usando o pretexto da geração de empregos, mas, na verdade, estamos com mais de 20 milhões de desempregados em nosso País. Já a segunda, o pretexto era que existia um rombo e futuramente os trabalhadores não teriam mais como se aposentarem, o que na verdade foi mais uma mentira.

Hoje o que sobrou da Reforma Trabalhista foi perda de direitos e até uma ação na justiça se o servidor perder terá que pagar ao advogado do Município, do patrão. Sem falar os prazos para entrar com as ações foram reduzidos. Já a Reforma da Previdência, aumentou a contribuição dos servidores de 11% para 14%, além do tempo de contribuição e da idade. Quem faltava 5 anos para se aposentar, terá que trabalhar 10.

No dia 1º de janeiro de 2023, assumiu o presidente Lula e com ele, teremos a grande tarefa de lutar para que essas reformas sejam revistas e os nossos direitos voltem a ser garantidos como antes.

Para que isso aconteça, precisamos fazer a luta de imediato.

Rateio do FUNDEF para os professores

Os profissionais do magistério da educação básica que estavam no cargo, com vínculo estatutário, celetista ou temporário, durante o período em que ocorreram os repasses a menos do FUNDEF (1997 a 2006), FUNDEB (2007-2020) e FUNDEB Permanente (a partir de 2021), terão direito a receber os benefícios, além dos aposentados ou seus herdeiros, que comprovarem exercício nesses períodos.

Em relação ao período de 1997 a 2006, os municípios que compõem a base do SINFEMP, existem ações contra a União, das prefeituras de Assunção, Cacimba de Areia, Catingueira, Condado, Junco do Seridó, Malta, Olho D'água, Passagem, Quixaba, Salgadinho, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede (Pago) e Patos(Pago). O Sindicato está fazendo levantamento de toda a situação e levará essas informações nos 23 municípios desse período e dos outros.

Rateio do FUNDEB 2022 e 2023

O SINFEMP está atento no tocante ao rateio do FUNDEB para os profissionais do Magistério, como também para o pessoal de apoio, que hoje recebem pelos 70% em seus contracheques.

Muitos prefeitos e prefeitas, dizem que estão pegando esses recursos e direcionando para outros pagamento, tais como: compra de imobiliário, material de expediente, com os 70%, quando na verdade só podem fazer isso com os 30%. Vamos averiguar toda a situação.

Conselho do FUNDEB

Todas as Prefeituras através das Secretarias Municipais de Educação renovaram seus conselhos de fiscalização dos recursos do FUNDEB nos municípios.

Ocorre que alguns sequer encaminharam ofício ao sindicato para que a representação dos professores passem por uma discussão coletiva e também sejam escolhidos representantes que tenham compromissos com a causa.

Tivemos situações em que as prefeituras encaminharam os ofícios e os próprios professores não se dispuseram a participar. Depois não reclamem nem do gestor e nem tampouco do sindicato.

Concurso Público

Diversas prefeituras abandonaram a realização de concurso público e em seu lugar estão contratando diretamente, através de MEI- Micros Empreendedores Individuais, além do grande número de comissionados, infringindo a Constituição Federal. O SINFEMP está fazendo o levantamento de toda a situação e encaminhará denúncia junto ao Tribunal de Contas e também ao Tribunal de Justiça da Paraíba.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES DA DIRETORIA DO SINFEMP EM 2023

TODAS AS REUNIÕES SERÃO REALIZADAS AOS PRIMEIROS SÁBADOS DE CADA MÊS.



07 / JANEIRO
04 / FEVEREIRO
04 / MARÇO
01 / ABRIL

06 / MAIO
03 / JUNHO
01 / JULHO
05 / AGOSTO

02 / SETEMBRO
07 / OUTUBRO
04 / NOVEMBRO
02 / DEZEMBRO